

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE
ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DE EMISSÃO DA
CODEME ENGENHARIA S.A.

ENTRE

CODME ENGENHARIA S.A.
EMISSORA

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
AGENTE FIDUCIÁRIO

METFORM S.A.
FIADORA

CODEPAR S.A.
FIADORA

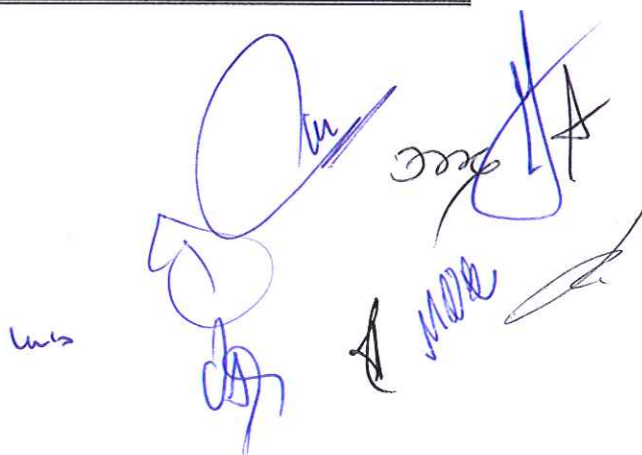
ISA PARTICIPAÇÕES S.A.
FIADORA

ADEMAR DE CARVALHO BARBOSA FILHO
FIADOR

E

MARIA VIRGÍNIA DAMASCENO MELO DE CARVALHO BARBOSA
CÔNJUGE-ANUENTE

DATADA DE
14 DE OUTUBRO DE 2013

The bottom right of the document features several handwritten signatures in blue ink. There are approximately six distinct signatures, some appearing to be initials or full names, written in a cursive or stylized manner. The signatures are located below the date and above the bottom margin line.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DE EMISSÃO DA CODEME ENGENHARIA S.A.

Pelo presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, de Emissão da Codeme Engenharia S.A." ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures"):

CODEME ENGENHARIA S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Rodovia BR 381, s/n, Km 11, CEP 32637-508, Distrito Industrial Paulo Camilo, Município de Betim, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 16.521.601/0001-80, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Emissora");

- II. como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

- III. como interveniente-anuentes e fiadores:

ADEMAR DE CARVALHO BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº M.756.730, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 403.765.166, residente na Rua Manoel Teixeira Sales, nº 170, casa, Mangabeiras, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30210-130 ("Ademar");

METFORM S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rua Engenheiro Gerhard Ett, nº 1100, CEP 32530-480, Distrito Industrial Paulo Camilo, Município de Betim, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.248.666/0001-57, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Metform");

CODEPAR S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rua Pernambuco, nº 353, salas 1205/1206/1207, Bairro dos Funcionários, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.668.397/0001-57, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Codepar"); e

ISA PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rua Paraíba, nº 1000, 15º andar, sala 1505, Bairro dos Funcionários, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.513.782/0001-25, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Isa Participações", e, em conjunto com Ademar, Metform e Codepar, os "Fiadores" e, quando consideradas isoladamente, o "Fiador").

- IV. como cônjuge-anuente:

MARIA VIRGÍNIA DAMASCENO MELO DE CARVALHO BARBOSA, brasileira, casada, arquiteta, portadora da cédula de identidade RG nº M.753.609, inscrita no CPF/MF sob o nº 455.582.996-49 residente na Rua Manoel Teixeira Sales, nº 170, casa, Mangabeiras, Belo Horizonte,

Estado de Minas Gerais, CEP 30210-130 ("Maria Barbosa").

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar a presente Escritura de Emissão, que será regida pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - AUTORIZAÇÃO

1.1. A emissão das Debêntures ("Emissão"), a oferta pública de distribuição das Debêntures, com esforços restritos de colocação das Debêntures, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta" e "Instrução CVM 476", respectivamente) e a celebração da presente Escritura de Emissão são realizadas com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 30 de agosto de 2013 ("AGE"), nos termos do artigo 59, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. A prestação da Fiança (conforme abaixo definida) pelos Fiadores, nos termos do item 5.27.1 abaixo, foi devidamente autorizada com base na deliberação da (i) Reunião do Conselho de Administração da Metform, realizada em 30 de agosto de 2013, nos termos do Estatuto Social da Metform ("RCA Metform"); (ii) Assembleia Geral Extraordinária da Codepar, realizada em 30 de agosto de 2013, nos termos do Estatuto Social da Codepar ("AGE Codepar"); e (iii) Reunião do Conselho de Administração da Isa Participações, realizada em 30 de agosto de 2013, nos termos do Estatuto Social da Isa Participações ("RCA Isa Participações") e, quando considerada em conjunto com a AGE/RCA Metform e a AGE/RCA Codepar, "Atos Societários dos Fiadores").

1.3. A prestação da Fiança (conforme abaixo definida) pelo Ademar foi devidamente autorizada por sua cônjuge, a Sra. Maria Barbosa, na qualidade de cônjuge-anuente, com a finalidade de atribuir validade e eficácia à prestação da Fiança, nos termos do artigo 1.647, inciso III, do Código Civil (conforme abaixo definido).

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS REQUISITOS

2.1. A Emissão e a Oferta serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Arquivamento e Publicação da ata da AGE e dos Atos Societários dos Fiadores

2.1.1.1. A ata da AGE será arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("DOEMG") e (ii) no jornal Hoje em Dia, conforme disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.2. A RCA Metform será arquivada na JUCEMG e publicada no (i) DOEMG e (ii) jornal Hoje em Dia.

2.1.1.3. A AGE Codepar será arquivada na JUCEMG e publicada no (i) DOEMG e (ii) jornal Hoje em Dia.

2.1.1.4. A RCA Isa Participações será arquivada na JUCEMG e publicada no (i) DOEMG e (ii) jornal Hoje em Dia.

2.1.2. Inscrição desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos

2.1.2.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCEMG, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que uma via original da presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, devidamente inscritos na JUCEMG, deverão ser entregues pela Emissora ao Agente Fiduciário tempestivamente após a data da sua efetiva inscrição.

2.1.2.2. Em razão da Fiança, prestada nos termos do item 5.27.1 abaixo, esta Escritura de Emissão, e seus eventuais aditamentos, serão registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Betim, Estado de Minas Gerais, da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, nos termos do item 2.1.5 abaixo.

2.1.3. Registro para Distribuição

2.1.3.1. As Debêntures serão devidamente registradas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP.

2.1.4. Registro para Negociação e Custódia Eletrônica

2.1.4.1. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.4.2. Não obstante o disposto no item 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), nos mercados regulamentados de valores mobiliários e depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição por cada Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e do cumprimento, pela Emissora, dos requisitos do artigo 17 da Instrução CVM 476.

2.1.5. Constituição da Fiança

2.1.5.1. Em virtude da Fiança (conforme definida no item 5.27.1 abaixo), a presente Escritura de Emissão e qualquer aditivo subsequente deverão ser registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Betim, Estado de Minas Gerais, da cidade onde está localizada a sede do Agente Fiduciário, hoje a Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 129 da Lei de Registros Públicos, em até 20 (vinte) dias corridos a contar da data de sua assinatura, sendo certo que esse prazo poderá ser prorrogado, mediante anuência do Agente Fiduciário, conforme orientação dos Debenturistas, em sede de assembleia geral de Debenturistas, caso a Emissora tenha efetuado o protocolo dentro do prazo aqui estabelecido, mas os referidos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos não tenham respondido a tempo. Uma via original da Escritura de Emissão e qualquer aditivo subsequente, devidamente registrados nos referidos cartórios deverão ser entregues, pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data do seu efetivo registro.

2.1.6. Dispensa de Registro na CVM

2.1.6.1. A Oferta está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei do Mercado de Capitais”), nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de colocação.

2.1.7. Dispensa de Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.1.7.1. A Oferta está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1. A Emissora tem por objeto social a construção de edificações pré-fabricadas em estruturas metálicas para diversos fins e o comércio de produtos de aço.

CLÁUSULA QUARTA – DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão destinados à aquisição de 197.575 (cento e noventa e sete mil e quinhentas e setenta e cinco) ações ordinárias de emissão da Metasa S.A. Indústria Metalúrgica (“Metasa”), representativas de 21% (vinte e um por cento) de seu capital social, passando a Emissora a deter seu controle acionário.

4.2. Caso após a aquisição mencionada na Cláusula 4.1 acima, ainda haja disponibilidade de recursos líquidos pela Emissora por meio da Emissão, a Emissora poderá destiná-los para reforço em seu capital de giro.

CLÁUSULA QUINTA – CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

5.1. Número da Emissão

5.1.1. A presente Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

5.2. Número de Séries

5.2.1. A Emissão será realizada em série única.

5.3. Valor Total da Emissão

5.3.1. O valor total da emissão será de até R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de Reais) (“Valor Total da Emissão”).

5.4. Quantidade de Debêntures

5.4.1. Serão emitidas até 60 (sessenta) Debêntures, em série única.

5.5. Banco Liquidante da Emissão e Escriturador Mandatário

5.5.1. Itaú Unibanco S.A., instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04, prestará os serviços de banco liquidante das Debêntures (“Banco Liquidante da Emissão”);

5.5.2. Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.194.353/0001-64, prestará os serviços de escriturador das Debêntures (“Escriturador Mandatário”).

5.6. Valor Nominal Unitário

5.6.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de Reais) (“Valor Nominal Unitário”).

5.7. Data de Emissão

5.7.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 25 de outubro de 2013 (“Data”).

de Emissão”).

5.8. Prazo e Data de Vencimento

5.8.1. As Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 25 de outubro de 2018 (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, resgate antecipado facultativo e oferta de resgate antecipado das Debêntures previstas na Cláusula Sétima e nos itens 5.15.2.5, 5.18, 5.19 e 7.1.5 abaixo, respectivamente. Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo devedor de seu Valor Nominal Unitário, considerando as amortizações eventualmente realizadas (“Saldo Devedor do Valor Nominal Unitário”), acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

5.9. Forma e Comprovação de Titularidade

5.9.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas e certificados das Debêntures, sendo que para todos os fins de direito a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente no CETIP21.

5.10. Conversibilidade

5.10.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

5.11. Espécie

5.11.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações.

5.12. Prazo de Subscrição

5.12.1. As Debêntures poderão ser subscritas, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão até a data de liquidação, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.

5.13. Forma de Subscrição e Integralização e Preço de Integralização

5.13.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, à vista e em moeda corrente nacional, por meio do MDA, por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), no ato da subscrição e integralização (“Data de Integralização”), pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (“Preço de Integralização”), observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM 476.

5.14. Amortização do Principal

5.14.1. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do resgate antecipado facultativo, da oferta de resgate antecipado, da amortização extraordinária e do vencimento antecipado das Debêntures previstos nos itens 5.15.2.5, 5.18, 5.19, 5.20 e 7.1.5 e na Cláusula Sétima abaixo, respectivamente, o Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures será amortizado trimestralmente, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês de vigência das Debêntures (inclusive), sendo o primeiro pagamento devido em 25 de outubro de 2015 e o último pagamento devido na Data de Vencimento, conforme tabela a seguir:

Data de Amortização das Debêntures	Definição da fração do Valor Nominal Unitário das Debêntures
25 de outubro de 2015	7,70%

25 de janeiro de 2016	7,70%
25 de abril de 2016	7,70%
25 de julho de 2016	7,69%
25 de outubro de 2016	7,69%
25 de janeiro de 2017	7,70%
25 de abril de 2017	7,70%
25 de julho de 2017	7,69%
25 de outubro de 2017	7,69%
25 de janeiro de 2018	7,70%
25 de abril de 2018	7,70%
25 de julho de 2018	7,69%
25 de outubro de 2018	7,65%

5.15. Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário e Remuneração

5.15.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário.

5.15.2. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *Over Extra-Grupo*, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI-Over"), acrescida de uma sobretaxa de 1,90% (um inteiro e noventa centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, incidentes sobre o Saldo Devedor do Valor Nominal Unitário de cada Debênture desde a Data de Emissão ou da data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido abaixo), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando o cronograma de pagamento da remuneração prevista no item 5.16 abaixo ("Remuneração"). A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo Devedor do Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (Sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório da Taxa DI-Over, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.

n = número total de Taxa DI-Over consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

k = número de ordem da Taxa DI-Over, variando de "1" até "n";

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem "k", divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = 1,9000, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data de cálculo, exclusive, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

- (a) A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.
- (b) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- (c) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (d) Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- (e) O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

5.15.2.1. Define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão

(inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento, amortização extraordinária, resgate antecipado e vencimento antecipado, conforme o caso.

5.15.2.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI-Over quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI-Over conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI-Over.

5.15.2.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI-Over por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis da data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI-Over deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI-Over, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para definir, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. A referida Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser convocada em até 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro Dia Útil subsequente ao término do prazo de 10 (dez) Dias úteis, ou (ii) do primeiro Dia Útil contado da data de extinção da Taxa DI-Over ou ainda de impossibilidade de aplicação da Taxa DI-Over por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso. A Assembleia Geral de Debenturistas de que trata este item 5.15.2.3 deverá ser realizada em até 15 (quinze) dias corridos da data de sua convocação. Até a deliberação sobre o novo parâmetro a ser utilizado para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI-Over divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando (i) da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures e/ou (ii) da divulgação posterior da Taxa DI-Over, o que ocorrer primeiro.

5.15.2.4. Caso a Taxa DI-Over venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 5.15.2.3 acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI-Over, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo da Remuneração e/ou de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI-Over nos termos aqui previstos, quando do cálculo da Remuneração e/ou de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável, será utilizada a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente.

5.15.2.5. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 5.15.2.3. acima, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), a Emissora poderá optar, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias a contar a partir da data de realização da referida Assembleia Geral de Debenturistas:

- (i) resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da referida Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Saldo Devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis*, no Período de Capitalização em questão até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), quando for o caso e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão. Neste caso, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será utilizada fórmula descrita no item 5.15.2. acima, observando-se a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente.

5.15.2.5.1. Caso a Emissora opte pelo resgate descrito no inciso (i) acima, tal resgate, assim como o pagamento das Debêntures a serem resgatadas, serão realizados observando-se os procedimentos da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou do Escriutador Mandatário, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

5.15.2.5.1.1. A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário, da realização do resgate de que trata o item 5.15.2.5, (i), acima, com no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

5.15.2.5.2. Os Fiadores desde já concordam com o disposto neste item 5.15, declarando que o aqui disposto não importará em novação, conforme disposto no artigo 360 e seguintes do Código Civil (conforme abaixo definido), mantendo-se a Fiança prestada nos termos desta Escritura de Emissão válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. Os Fiadores desde já concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto neste parágrafo.

5.16. Pagamento da Remuneração

5.16.1. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do resgate antecipado facultativo, da oferta de resgate antecipado, da amortização extraordinária e do vencimento antecipado das obrigações decorrente das Debêntures previstos nos itens 5.15.2.5, 5.18, 5.19 e 5.20 e 7.1.6 e na Cláusula Sétima abaixo, respectivamente, a Remuneração será paga trimestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 25 de janeiro de 2014 e o último, na Data de Vencimento, conforme tabela a seguir:

Datas de pagamento da Remuneração
25 de janeiro de 2014
25 de abril de 2014
25 de julho de 2014
25 de outubro de 2014
25 de janeiro de 2015
25 de abril de 2015
25 de julho de 2015
25 de outubro de 2015
25 de janeiro de 2016
25 de abril de 2016
25 de julho de 2016
25 de outubro de 2016
25 de janeiro de 2017
25 de abril de 2017
25 de julho de 2017
25 de outubro de 2017
25 de janeiro de 2018
25 de abril de 2018
25 de julho de 2018
25 de outubro de 2018

5.17. Repactuação Programada

5.17.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

5.18. Resgate Antecipado Facultativo

5.18.1. A partir da Data de Emissão, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo,

promover o resgate antecipado da totalidade (e não menos que a totalidade) das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"). O Resgate Antecipado Facultativo estará sujeito ao atendimento das seguintes condições:

- I. a Emissora deverá comunicar os Debenturistas, o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante da Emissão e o Escriturador Mandatário acerca da realização do Resgate Antecipado Facultativo, com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência. Tal comunicado deverá conter os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo, que incluem, mas não se limitam a (i) a data do Resgate Antecipado Facultativo; (ii) o Valor do Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido); e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo ("Comunicação de Resgate");
- II. o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures será equivalente (i) ao Saldo Devedor do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo; (ii) os Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, se for o caso; e (iii) um prêmio incidente sobre o valor indicado no subitem (i) acima ("Prêmio"), que variará conforme a data do Resgate Antecipado Facultativo, observada a tabela abaixo ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo");

Data do Resgate Antecipado Facultativo	Prêmio
De 25 de outubro de 2013 a 24 de outubro de 2014	0,80%
De 25 de outubro de 2014 a 24 de outubro de 2015	0,50%
De 25 de outubro de 2015 a 24 de outubro de 2016	0,40%
De 25 de outubro de 2016 a 24 de outubro de 2017	0,35%
De 25 de outubro de 2017 a 24 de outubro de 2018	0,30%

- III. o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente será realizado por meio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, ou por meio do Banco Liquidante da Emissão e Escriturador Mandatário, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

5.18.2. A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, com o "de acordo" do Agente Fiduciário, da realização do Resgate Antecipado Facultativo, com no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

5.19. Oferta de Resgate Antecipado

5.19.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado total das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta de Resgate Antecipado");

- I. a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos do item 5.26 abaixo ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo, mas sem limitação, (a) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (b) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (c) a forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado, observado o disposto no inciso III abaixo; (d) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada a aceitação de um percentual mínimo de Debenturistas; e (e) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;

- II. o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado será equivalente a, no mínimo, ao Valor Nominal Unitário ou o Saldo Devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do resgate, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do efetivo pagamento, acrescido, se for o caso, de prêmio de resgate que venha a ser oferecido no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado;
- III. a Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação desta por um percentual mínimo de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado;
- IV. após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido à Emissora até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado para se manifestarem formalmente perante a Emissora, findo o qual a Emissora terá o prazo de até 10 (dez) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado, observado que a Emissora somente poderá resgatar a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado. Com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da CETIP;
- V. a Emissora deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) comunicar ao Banco Liquidante da Emissão, ao Escriturador Mandatário e à CETIP a realização da Oferta de Resgate Antecipado com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado; e
- VI. o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado será realizado por meio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou por meio do Escriturador Mandatário, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

5.20. Amortização Extraordinária

5.20.1. A Emissora reserva-se o direito de amortizar antecipadamente as Debêntures em Circulação, a um limite de 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do valor nominal da totalidade das Debêntures em Circulação, a qualquer momento, a partir da Data de Emissão, mediante publicação de "Aviso aos Debenturistas" com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data pretendida para o pagamento da amortização ("Amortização Extraordinária").

5.20.2. A Amortização Extraordinária será pelo Saldo Devedor do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data de pagamento da Amortização Extraordinária das Debêntures, acrescida de prêmio ("Prêmio de Amortização"), que variará conforme a data da Amortização Extraordinária, limitado à Data de Vencimento, observada a tabela abaixo:

Data da Amortização Extraordinária	Prêmio de Amortização
De 25 de outubro de 2013 a 24 de outubro de 2014	0,80%
De 25 de outubro de 2014 a 24 de outubro de 2015	0,50%
De 25 de outubro de 2015 a 24 de outubro de 2016	0,40%

De 25 de outubro de 2016 a 24 de outubro de 2017	0,35%
De 25 de outubro de 2017 a 24 de outubro de 2018	0,30%

5.20.2.1. O Prêmio de Amortização será calculado sobre o somatório do valor da Amortização Extraordinária e da Remuneração devida.

5.20.3. A Amortização Extraordinária parcial deverá atingir todas as Debêntures em Circulação, na mesma proporção.

5.21. Encargos Moratórios

5.21.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

5.22. Local de Pagamento

5.22.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no CETIP21: (a) na sede do Banco Liquidante da Emissão; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

5.23. Imunidade Tributária

5.23.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante da Emissão, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

5.23.2. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos do item 5.23.1 acima, e que tiver essa condição alterada e/ou revogada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, ou ainda, que tenha esta condição alterada e/ou revogada por qualquer outra razão que não as mencionadas neste item 5.23.2, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante da Emissão e Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante da Emissão, pelo Escriturador Mandatário ou pela Emissora.

5.23.3. Mesmo que tenha recebido a documentação referida no item 5.23.1 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora, o Banco Liquidante da Emissão ou o Escriturador Mandatário por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

5.24. Prorrogação dos Prazos

5.24.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão até o dia subsequente em que os bancos estejam abertos para expediente

na Cidade de Betim, Estado de Minas Gerais ("Dia Útil"), se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme mencionado acima, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado e/ou domingo.

5.25. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

5.25.1. Sem prejuízo do disposto no item 5.24 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

5.26. Publicidade

5.26.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, o interesse dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no DOEMG e no jornal Hoje em Dia, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações. A Emissora poderá alterar qualquer dos jornais acima por jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de "Aviso aos Debenturistas", no jornal a ser substituído. A publicação do referido Aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário.

5.27. Garantia Fidejussória

5.27.1. Fiança. Os Fiadores neste ato obrigam-se, com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadores e principais pagadores de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo o Valor Nominal Unitário, a Remuneração, os Encargos Moratórios, as verbas indenizatórias, os custos para manutenção do registro das Debêntures na CETIP, as despesas com o Banco Liquidante da Emissão e com o Escriturador Mandatário, os custos para a manutenção da Fiança (conforme abaixo definida), devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa razoável comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão ("Fiança" e "Valor Garantido", respectivamente).

5.27.1.1. Os Fiadores obrigam-se a pagar o Valor Garantido no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário aos Fiadores informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer parte do Valor Garantido. Os pagamentos serão realizados pelos Fiadores de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão. O pagamento do Valor Garantido pelos Fiadores será realizado fora do âmbito da CETIP.

5.27.1.2. Os Fiadores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos no parágrafo único do artigo 333 e artigos 366, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, todos da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e nos artigos 77 e 595, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

5.27.1.3. Os Fiadores subrogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto deste item 5.26.2, observado, entretanto, que os Fiadores desde já concordam e obrigam-se a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pelos Fiadores nos termos da Fiança somente após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

5.27.1.4. A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão.

5.27.1.5. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

5.27.1.6. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.

5.27.1.7. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelos Fiadores com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

5.27.1.8. A Fiança aqui referida é prestada pelos Fiadores em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará, em todos os seus termos, até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, inclusive nos casos de prorrogação, nos termos aqui previstos e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

5.28. Aquisição Facultativa

5.28.1. Sem prejuízo do disposto no item 2.1.3.2 acima, à Emissora é facultado, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação no mercado, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário (devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora), ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observadas as regras expedidas pela CVM, conforme o disposto no parágrafo 3º, do artigo 55, da Lei das Sociedade por Ações, acrescida da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se for o caso ("Aquisição Facultativa"). As Debêntures objeto deste procedimento poderão: (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item 5.28.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

5.29. Aditamento à presente Escritura de Emissão

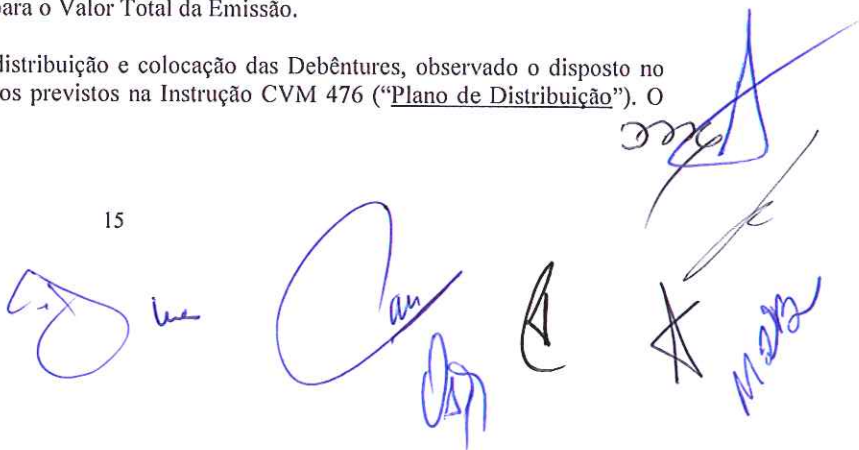
5.29.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora, pelos Fiadores e pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e posteriormente arquivados na JUCEMG e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da (i) Cidade da sede do Agente Fiduciário, hoje o Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da (ii) Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, bem como deverá ser entregue, pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data dos seus efetivos registros nos respectivos cartórios.

CLÁUSULA SEXTA – CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

6.1. Colocação e Procedimento de Distribuição

6.1.1. Nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, da Codeme Engenharia S.A." ("Contrato de Distribuição") a ser celebrado entre a Emissora e o Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder"), a Oferta, observado o Plano de Distribuição (conforme abaixo definido), será realizada sob a coordenação do Coordenador Líder, em regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão.

6.1.2. O Coordenador Líder organizará a distribuição e colocação das Debêntures, observado o disposto no Contrato de Distribuição e os procedimentos previstos na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). O



Plano de Distribuição será estabelecido mediante os termos descritos no Contrato de Distribuição, de comum acordo entre a Emissora e o Coordenador Líder.

CLÁUSULA SÉTIMA - VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.1.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Saldo Devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis*, no Período de Capitalização em questão até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial na ciência da ocorrência das seguintes hipóteses (cada uma, um “Evento de Inadimplemento”):

- i. (a) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou dos Fiadores e/ou da Metasa; (b) decretação de falência da Emissora e/ou dos Fiadores e/ou da Metasa; (c) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou pelos Fiadores e/ou pela Metasa; (d) pedido de falência da Emissora e/ou dos Fiadores e/ou da Metasa, formulado por terceiros, salvo se o requerimento tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros ou não elidido por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, no prazo legal; (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou dos Fiadores e/ou da Metasa, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (f) insolvência da Emissora e/ou dos Fiadores e/ou da Metasa;
- ii. descumprimento pela Emissora e/ou pelos Fiadores de qualquer obrigação pecuniária descrita nesta Escritura de Emissão, não sanadas no prazo de 1 (um) Dia Útil da data em que tal obrigação se tornou devida;
- iii. transformação da Emissora e/ou dos Fiadores de sociedade por ações em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- iv. vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Emissora e/ou individualmente de cada Fiador e/ou da Metasa em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil Reais) atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M/FGV;
- v. transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, salvo se tal transferência, cessão ou promessa de cessão for previamente aprovada por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- vi. inadimplemento, pela Emissora e suas respectivas controladas (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) e/ou pelos Fiadores e/ou pela Metasa, de qualquer obrigação pecuniária, inclusive aquelas contraídas junto ao Coordenador Líder, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil Reais) atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M/FGV, ou seu equivalente em outras moedas, não sanado (i) no prazo previsto no respectivo contrato, se houver ou (ii) caso não haja um prazo de cura específico no respectivo contrato, no prazo de 1 (um) Dia Útil;
- vii. redução de capital social da Emissora e/ou dos Fiadores e/ou da Metasa que implique na concessão de direito de retirada dos acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- viii. se houver a cisão, fusão, incorporação (incluindo incorporação de ações), reorganização societária, venda de participação ou qualquer outra operação societária que acarrete em perda do atual controle societário direto ou indireto da Emissora e/ou dos Fiadores e/ou de suas respectivas

controladas (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), conforme o caso, e/ou que impossibilite os controladores isoladamente ou em consequência de acordo de acionistas ou quotistas, o direito de (a) exercer, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral; (b) eleger a maioria dos administradores da Emissora e/ou dos Fiadores; e (c) efetivamente utilizar seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Emissora e/ou dos Fiadores, sem que tal operação societária tenha sido previamente aprovada pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

- ix. (a) alienação, pela Emissora, de participação societária na Metasa de modo que o número de ações de emissão da Metasa e de titularidade da Emissora remanescente se torne inferior a 51% (cinquenta e um por cento) do capital social da Metasa, ou (b) perda de quaisquer direitos políticos e econômicos relativos a 51% (cinquenta e um por cento) do capital social da Metasa, salvo se, em ambos casos (a) e (b) deste item "ix", a Emissora tiver obtido prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- x. se qualquer uma das disposições relevantes desta Escritura de Emissão forem declaradas inválidas, nulas ou inexecutáveis, por decisão judicial e/ou arbitral a qual não tenha sido concedido efeito suspensivo;
- xi. alteração ou modificação substancial do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, conforme descritas no item 3.1 acima, e/ou de suas respectivas controladas e/ou dos Fiadores e/ou da Metasa, de forma a excluir as atividades principais atuais e/ou de forma a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas;
- xii. protesto de títulos contra (a) a Emissora e/ou (b) suas respectivas controladas e/ou (c) os Fiadores e/ou (d) a Metasa, em valor unitário ou agregado, igual ou superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de Reais), atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M/FGV, salvo se: (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Metasa e/ou pelos Fiadores; ou (b) for sustado ou cancelado, em qualquer hipótese, no prazo de máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da data de intimação do protesto, o qual será considerado como prazo de cura; ou (c) forem prestadas garantias em juízo;
- xiii. descumprimento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores e/ou pela Metasa, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em até 15 (quinze) dias corridos contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica aos demais Eventos de Vencimento Antecipado e/ou às obrigações não pecuniárias para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- xiv. inadimplemento, pela Emissora e/ou qualquer de suas subsidiárias e/ou pelos Fiadores e/ou pela Metasa, de qualquer decisão judicial e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso e à qual não tenha sido concedido efeito suspensivo, contra a Emissora e/ou os Fiadores e/ou pela Metasa que resulte em obrigação de pagamento pela Emissora de valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de Reais), atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M/FGV, ou o equivalente em outras moedas, exceto para as quais tenha sido constituída provisão e desde que tal inadimplemento não seja sanado em um prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da data de publicação de tal decisão judicial ou da intimação arbitral, conforme aplicável;
- xv. comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora e/ou pelos Fiadores nesta Escritura de Emissão e/ou nos demais documentos relacionados à Emissão e à Oferta, de que sejam parte, conforme aplicável provaram-se falsas, materialmente incorretas, incompletas ou enganosas em qualquer aspecto relevante na data em que foram prestadas;

- xvi. não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula Quarta acima;
- xvii. não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, alvarás e licenças, necessárias para o regular exercício das atividades pela Emissora e/ou pelos Fiadores e que cause impacto materialmente adverso em seus resultados, exceto aquelas que estiverem sendo discutidas de boa fé perante os órgãos competentes e que não afetem materialmente e de forma adversa as atividades da Emissora e dos Fiadores ou, quando a não renovação decorrer de atraso do órgão competente em emitir as autorizações, alvarás ou licenças, desde que exista a solicitação tempestiva por parte da Emissora para obtenção dos referidos documentos;
- xviii. não observância pela Emissora, pela Metform e pela Metasa dos índices e limites financeiros abaixo indicados ("Índices Financeiros"), acompanhados anualmente pelo Agente Fiduciário, a serem calculados pela Emissora, pela Metform e pela Metasa, respectivamente, com base nas suas informações financeiras não consolidadas auditadas, referentes a cada exercício social, apresentado em até 90 (noventa) dias corridos após o encerramento de cada exercício social aplicável, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures, sendo a primeira verificação feita com base nas demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013:

Covenant para a Emissora:

(a) Dívida Líquida/EBITDA:

- i. $\leq 3,7$ vezes em 2013
- ii. $\leq 3,3$ vezes em 2014
- iii. $\leq 3,0$ vezes em 2015
- iv. $\leq 2,5$ vezes a partir de 2016; e

(b) EBITDA/Despesa Financeira Líquida $\geq 2,0$ vezes (ao longo de toda a operação).

Covenant para a Metform:

(a) Dívida Líquida/EBITDA $\leq 2,0$ vezes (ao longo da operação).

Covenant para a Metasa:

(a) Dívida Líquida/EBITDA $\leq 2,0$ vezes (ao longo de toda a operação).

Sendo:

Dívida: soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, excluída a fiança bancária e incluídos os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados pela Emissora e pelos Fiadores em benefício de terceiros, arrendamento mercantil / leasing financeiro e os títulos de renda fixa não conversíveis, frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos e contas a pagar em decorrência da aquisição de outras companhias.

Dívida Líquida: valor da dívida menos as disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros - derivativos.

EBITDA: resultado relativo aos 12 meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, e da participação de acionistas minoritários.

Despesas Financeiras: somatório, relativo aos 12 meses anteriores à data de apuração, dos juros sobre dívidas financeiras, mútuos, títulos e valores mobiliários, deságio na cessão de direitos

creditórios, custos de estruturação de operações bancárias ou de mercado de capitais, variações monetárias e cambiais passivas, despesas relacionadas a hedge/derivativos, excluindo juros sobre capital próprio e parcela não caixa da variação cambial ou monetária passiva.

Receitas Financeiras: somatório, relativo aos 12 meses anteriores à data de apuração, dos juros sobre aplicações financeiras, sobre empréstimos e mútuos ativos, variações monetárias e cambiais ativas, receitas relacionadas a hedge/derivativos, excluindo parcela não caixa da variação cambial ou monetária ativa e juros sobre capital próprio.

Despesas Financeiras Líquidas: total das despesas financeiras menos total das receitas financeiras, conforme definições acima.

7.1.1. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (i) a (v), (vi), (viii) a (xi), (xv), e (xvi) do item 7.1 acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

7.1.2. Na ocorrência dos Eventos de Vencimentos Antecipado previstos nas demais alíneas do item 7.1 acima (que não aquelas descritas no item 7.1.1 acima), o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do momento em que tomar ciência do evento, Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar nos prazos e demais condições descritas na Cláusula Dez abaixo, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

7.1.3. Se, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 7.1.2 acima, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, decidirem por considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures.

7.1.4. Se, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 7.1.2 acima, forem declaradas antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, sendo certo que tal decisão terá caráter irrevogável e irretratável, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida Assembleia Geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures e enviar, imediatamente, carta protocolada ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio à Emissora, com cópia para a CETIP e ao Banco Liquidante da Emissão.

7.1.5. Em caso de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora, obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, pelo Saldo Devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, no Período de Capitalização em questão até a data do efetivo resgate, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias corridos contados da data em que for declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

7.1.6. O resgate das Debêntures de que trata o item 7.1.5 acima, assim como o pagamento de tais Debêntures serão realizados observando-se os procedimentos da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou do Escriturador Mandatário, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, observado o prazo disposto no item 7.1.5 acima.

7.1.6.1. A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, da realização do referido resgate, com no mínimo, 4 (quatro) Dias Úteis de antecedência.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS FIADORAS

8.1. A Emissora e os Fiadores, conforme aplicável, estão adicionalmente obrigadas a:

- (a) Fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
- (i) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após o que ocorrer primeiro entre 90 (noventa) dias corridos, contados da data de término de cada exercício social e a data da efetiva divulgação, (a) cópia, das demonstrações financeiras da Emissora, da Metform e da Metasa auditadas por auditor independente, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor; (b) relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos Índices Financeiros devidamente auditados pelos auditores independentes contratados pela Emissora, pela Metform e pela Metasa, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora ou à Metform e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (c) declaração dos representantes legais da Emissora, da Metform e da Metasa de que está em dia com o cumprimento das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão;
 - (ii) dentro de 10 (dez) Dias Úteis a contar do recebimento da solicitação, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
 - (iii) em até 5 (cinco) Dias Úteis, as informações veiculadas na forma prevista no item 5.26 acima;
 - (iv) imediatamente, quando tiver conhecimento de informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contados da data do descumprimento;
 - (v) em até 10 (dez) Dias Úteis após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora e/ou pelos Fiadores e/ou pela Metasa que possa resultar em um Evento de Inadimplemento; e
 - (vi) em até 10 (dez) Dias Úteis, todos os demais documentos e informações que a Emissora e/ou os Fiadores, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeram a enviar ao Agente Fiduciário.
- (b) convocar, nos termos da Cláusula Dez desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com as Debêntures, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça;
- (c) notificar, no primeiro dia útil subsequente à data de sua ocorrência, o Agente Fiduciário da convocação, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas;
- (d) informar ao Agente Fiduciário a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, no primeiro Dia Útil subsequente à data de sua ocorrência;
- (e) notificar, no primeiro dia útil subsequente à data de sua ocorrência, o Agente Fiduciário sobre qualquer evento que tenha, com relação à Emissora e/ou os Fiadores, conforme aplicável, (a)

qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos seus negócios, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas; (b) qualquer efeito adverso relevante nos seus poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos demais documentos que instruem a Emissão e a Oferta, conforme aplicável; e/ou (c) qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo ou envio de notificação, ou ambos, possa resultar em um Evento de Inadimplemento ("Efeito Adverso Relevante")"; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;

- (f) manter seus bens e ativos devidamente seguros, conforme práticas correntes de mercado;
- (g) comparecer a assembleias gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (h) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, conforme aplicável, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (i) salvo nos casos em que, de boa-fé, a Emissora e/ou os Fiadores e/ou a Metasa estejam discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (j) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (k) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante da Emissão, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e o sistema de negociação de mercado secundário por meio do CETIP21, bem como todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures e da Fiança e os agentes necessários para a manutenção de tais garantias;
- (l) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (m) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadas pelo Agente Fiduciário previamente aprovadas pela Emissora e/ou pelos Fiadores, sempre que possível, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (n) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações;
- (o) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (p) tomar todas as providências para manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (q) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (r) arcar com todos os custos decorrentes: (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à realização

da Emissão e da Oferta e os atos societários da Emissora; (c) de registro desta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos, nos termos desta Escritura de Emissão; e (d) das despesas com a contratação do Agente Fiduciário, Banco Liquidante da Emissão, do Escriturador Mandatário e das demais partes envolvidas na realização da Emissão e da Oferta;

- (s) entregar, ao Agente Fiduciário, uma via original da presente Escritura de Emissão, e seus eventuais aditamentos, devidamente inscritos na JUCEMG e registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Betim, Estado de Minas Gerais, da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, em até 10 (dez) dias corridos da referida inscrição e registro;
- (t) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (u) sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476, a Emissora obriga-se a:
 - i. preparar as demonstrações financeiras relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - ii. submeter as demonstrações financeiras relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
 - iii. no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na Internet e enviar à CETIP as demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
 - iv. por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, manter os documentos mencionados no subitem (iii) acima em sua página na Internet;
 - v. observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358") no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
 - vi. divulgar, em sua página na Internet, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal ato ou fato relevante imediatamente ao Agente Fiduciário, aos Coordenador Líder e à CETIP;
 - vii. fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP; e
 - viii. não realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

8.2. As despesas a que se refere o item 8.1, alínea (m) acima, compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas a Emissora e não entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos;

- (c) despesas de viagem, transporte, estadia e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, desde que sejam devidamente comprovadas; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.2.1. Todas as despesas razoáveis incorridas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere esta cláusula por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Será ainda suportada pelos Debenturistas a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, e ainda, poderá o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

8.2.2. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas e realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

CLÁUSULA NONA – AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário desta Emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos das normas e legislações aplicáveis e da presente Escritura de Emissão, representar os interesses da comunhão dos Debenturistas.

9.2. O Agente Fiduciário declara que:

- (a) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica, nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Administração de Contas;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão e o Contrato de Administração de Contas, e todos os seus respectivos termos e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e o Contrato de Administração de Contas, e a cumprir com suas obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o Contrato de Administração de Contas, assim como o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) esta Escritura de Emissão e o Contrato de Administração de Contas constituem obrigações lícitas, válidas, eficazes e vinculantes do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;

- (f) não tem, sob as penas da lei, qualquer impedimento legal para exercer a função que lhe é conferida conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, e artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (g) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (i) está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (j) verificou, com base nas informações prestadas pela Emissora, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento, sendo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente da veracidade das informações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (k) a pessoa que representa o Agente Fiduciário na assinatura desta Escritura de Emissão e do Contrato de Administração de Contas tem poderes bastantes para tanto; e
- (l) que, conforme exigência do artigo 12, inciso XVI, alínea "k" da Instrução CVM 28 e com base no organograma societário da Emissora disponibilizado pela Emissora, também exerce a função de agente fiduciário na 6ª (sexta) emissão pública, com esforços restritos de colocação, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS ("6ª Emissão da USIMINAS"), com vencimento em 30 de janeiro de 2019, em que foram emitidas 100.000 (cem mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento, conforme previsto na escritura de emissão. Na data da emissão, as debêntures da 6ª Emissão da USIMINAS não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão.

9.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de seus eventuais aditamentos relativos à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

9.3.1. A remuneração prevista no item 9.4 abaixo será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.4. Será devido, pela Emissora, ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a uma remuneração de R\$5.000,00 (cinco mil Reais), em parcelas anuais, sendo primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia útil após a assinatura desta Escritura de Emissão, e os demais na mesma data dos anos subsequentes.

9.4.1. As parcelas referentes ao item 9.4 acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M/FGV, a partir da data de assinatura desta Escritura, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela referida no item 9.4 acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata die* se necessário.

9.4.2. A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS

(Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes na data do efetivo pagamento.

9.4.3. A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral; notificações, extração de certidões, viagens e estadias, alimentação, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

9.4.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos estar sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.4.5. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora e/ou pelos Fiadores, conforme o caso.

9.4.6. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

9.4.7. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e/ou (ii) relacionados ao cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, somente serão válidas mediante a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

9.4.8. Nenhuma atribuição ou obrigação tácita será interpretada nesta Escritura de Emissão contra o Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário não será obrigado e/ou vinculado pelas disposições de qualquer outro contrato no qual o Agente Fiduciário não figure como parte e/ou interveniente.

9.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos na JUCEMG e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Betim, Estado de Minas Gerais, da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, às expensas da Emissora, sanando as lacunas e irregularidades porventura nela existente, hipótese em que a Emissora deverá fornecer



as informações e documentos necessários ao referido registro, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;

- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora e dos Fiadores, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula Dez abaixo;
- (j) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações abaixo, sem prejuízo das demais exigíveis pela Instrução CVM 28. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar seu organograma societário e todos os dados financeiros, desde que estes dados sejam públicos, e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, devendo ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto na alínea (l) abaixo. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.
 - i. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - ii. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - iii. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - iv. posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
 - v. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - vi. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão;
 - vii. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme disposto na Cláusula Quarta acima, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - viii. resgate e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições

e vendas das Debêntures efetuadas pela Emissora;

- ix. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
 - x. relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (k) acima aos Debenturistas dentro dos 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- a. na sede da Emissora;
 - b. na sede do Agente Fiduciário;
 - c. na CVM;
 - d. na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, caso as Debêntures venham a ser negociadas neste ambiente;
 - e. na CETIP; e
 - f. na sede do Coordenador Líder.
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos termos do item 5.26 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (l) acima;
- (n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante da Emissão, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante da Emissão e o Escriturador Mandatário atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição das Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 5.26 acima, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações, sendo certo que comunicação de igual teor deverá ser enviada à Emissora, à CVM e à CETIP;
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (r) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (s) divulgar as informações referidas na alínea (k), inciso x acima, em sua página na Internet tão

logo delas tenha conhecimento;

- (t) disponibilizar aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou *website*, o valor unitário das Debêntures calculado pela Emissora; e
- (u) verificar a regularidade da constituição da Fiança, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão.

9.6. No caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- (a) declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) requerer a falência da Emissora e/ou dos Fiadores;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora e/ou dos Fiadores.

9.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto nesta Cláusula Nona, conforme aplicável, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) do item 9.6 acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar, nos termos do disposto nesta Cláusula Nona, conforme aplicável, por deliberação da unanimidade de titulares das Debêntures em Circulação. Na hipótese da alínea (d) do item 9.6 acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

9.6.2. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.6.3. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação, exceto por aqueles já previstos na presente Escritura de Emissão.

9.7. Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- i. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- ii. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para esse fim;
- iii. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pela

Assembleia Geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;

- iv. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- v. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
- vi. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- vii. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Emissora não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso iv acima; ou (b) a Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso iv acima não delibere sobre a matéria;
- viii. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Emissora e aos Debenturistas, nos termos dos itens 5.26 acima e 12.1 abaixo; e
- ix. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

CLÁUSULA DEZ – ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas”).

10.2. A assembleia geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

10.2.1. A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos do item 5.26 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.

10.3. Aplicar-se-á à assembleia geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

10.3.1. A presidência da assembleia geral de Debenturistas caberá ao Debenturista, que assim que for designado, ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. A primeira convocação das assembleias gerais de Debenturistas deverá ser realizada com antecedência mínima de 8 (oito) dias corridos de sua realização.

10.4.1. A assembleia geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no

mínimo, 5 (cinco) dias corridos após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

10.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

10.6. Cada Debênture em Circulação conferirá ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais de Debenturistas, cujas deliberações serão tomadas pelo Debenturista, sendo admitida a constituição de mandatários.

10.7. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em Circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, adicionalmente, para fins de constituição de quórum, pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Emissora; (ii) a qualquer controladora, direta ou indireta, da Emissora, a qualquer controlada ou a qualquer coligada da Emissora; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.

10.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

10.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.10. Exceto pelo disposto no item 10.11 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

10.11. Não estão incluídos no quórum a que se refere o item 10.10 acima:

- (i) os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- (ii) as alterações relativas às características das Debêntures, conforme venham a ser propostas pela Emissora, como por exemplo, (i) a Remuneração, exceto pelo disposto no item 5.15.2.3, (ii) a data de pagamento da Remuneração, (iii) o prazo de vencimento das Debêntures, (iv) os valores e data de amortização do principal das Debêntures, (v) os Eventos de Vencimento Antecipado, incluindo, mas não se limitando ao Índice Financeiro, inclusive no caso de renúncia e/ou perdão temporário; e/ou (vii) a alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Cláusula Dez, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

10.12. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura de Emissão, serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA ONZE – DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS FIADORAS

11.1. A Emissora e os Fiadores neste ato declaram e garantem, conforme aplicável, que:

- (i) são, e a Metasa é, sociedade por ações devidamente constituídas, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

- (ii) estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as licenças e autorizações, inclusive societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento integral de todas as obrigações, principais e acessórias, aqui e ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora e pelos Fiadores;
- (iv) esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (v) os representantes legais da Emissora e dos Fiadores que assinam esta Escritura de Emissão, têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora e/ou os Fiadores, as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (vi) a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas e a realização da Emissão e da Oferta (a) não infringem o estatuto social da Emissora e/ou os Fiadores, conforme aplicável; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou os Fiadores sejam parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito, conforme aplicável; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou os Fiadores sejam parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo da Emissora e dos Fiadores, conforme aplicável; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Emissora e/ou os Fiadores e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito, conforme aplicável; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou os Fiadores e/ou qualquer de seus ativos, conforme aplicável;
- (vii) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, e não ocorreu e não está existente qualquer Evento de Inadimplemento;
- (viii) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures, tendo sido disponibilizadas informações sobre as operações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações relevantes delas decorrentes;
- (ix) estão em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um Efeito Adverso Relevante;
- (x) possuem válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, aplicáveis ao regular exercício de suas atividades;
- (xi) inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição contratual relevante, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que tenha um Efeito Adverso Relevante; ou (ii) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão;
- (xii) salvo por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo

descumprimento não tenha um Efeito Adverso Relevante, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, estão cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das suas atividades;

- (xiii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento integral, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de todas as suas obrigações, conforme aplicável, nos termos desta Escritura de Emissão, ou para a realização da Emissão, exceto (i) pelo arquivamento da ata da AGE na JUCEMG; (ii) pela inscrição desta Escritura de Emissão, e seus eventuais aditamentos, na JUCEMG e nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Betim, Estado de Minas Gerais, da cidade da sede do Agente Fiduciário, hoje a Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; e (iii) o registro das Debêntures na CETIP, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xiv) as demonstrações financeiras e informações trimestrais da Emissora disponíveis representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (xv) as suas situações econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreram quaisquer alterações significativas que tenham um Efeito Adverso Relevante;
- (xvi) têm plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi determinada por sua livre vontade;
- (xvii) cumprirão integralmente com todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, no caso do Fiador, a Fiança e a obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula Quarta acima; e
- (xviii) as informações prestadas pela Emissora e pelos Fiadores são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Debêntures.

11.1.1. A Emissora e os Fiadores declaram, ainda, conforme aplicável, (i) não terem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções conforme descritas nesta Escritura de Emissão e na Instrução CVM 28; (ii) terem ciência de todas as disposições da Instrução CVM 28 a serem cumpridas pelo Agente Fiduciário; (iii) que cumprirão todas as determinações do Agente Fiduciário vinculadas ao cumprimento das disposições previstas naquela Instrução; e (iv) não existir nenhum impedimento legal, contratual ou acordo de acionistas que impeça a presente Emissão.

11.1.2. A Emissora e os Fiadores se comprometem a notificar em até 5 (cinco) dias corridos os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui proferidas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA DOZE – NOTIFICAÇÕES

12.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora:

CODEME ENGENHARIA S.A.

Rodovia BR 381, s/n, Km 11, Distrito Industrial Paulo Camilo
CEP 32637-508, Município de Betim - MG
At.: Sr. Felipe Luis Rosa Meldonian
Tel.: +55 (31) 3303-9045
Fax: +55 (31) 3591-1524
E-mail: felipe.luis@codeme.com.br

(ii) Para os Fiadores

ADEMAR DE CARVALHO BARBOSA FILHO

Rua Manoel Teixeira Sales, nº 170, casa, Mangabeiras,
CEP 30210-130, Belo Horizonte – MG
Tel.: +55 (31) 3303-9100
E-mail: presidencia@codeme.com.br

METFORM S.A.

Rui Engenheiro Gerhard Ett, nº 1.100, Distrito Industrial Paulo Camilo
CEP 32669-110, Município de Betim - MG
At.: Sr. Sr. José Eugênio Damasceno Melo
Tel.: +55 (31) 3555-5455
Fax: +55 (31) 3555-5404
E-mail: metform@metform.com.br

CODEPAR S.A.

Rua Pernambuco, nº 353, salas 1205/1206/1207, Bairro dos Funcionários
CEP 30130-141, Belo Horizonte - MG
At.: Sr. Ademar de Carvalho Barbosa Filho
Tel.: +55 (31) 3303-9100
Fax: +55 (31) 3303-9110
E-mail: ademar@codeparsa.com.br

ISA PARTICIPAÇÕES S.A.

Rua Paraíba, nº 1000, 15º andar, sala 1505, Bairro dos Funcionários
CEP 30130-141, Belo Horizonte - MG
At.: Sr. Alberto Woods Soares Neto
Tel.: +55 (31) 3303-9100
Fax: +55 (31) 3303-9110
E-mail: alberto.soares@codeme.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514 – Barra da Tijuca
CEP 22640-102, Rio de Janeiro – RJ
At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)
Tel.: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
E-mail: middle@pentagonotrustee.com.br / backoffice@pentagonotrustee.com.br

(iii) Para o Banco Liquidante da Emissão:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal
CEP 04344-902, São Paulo - SP
At.: Sr. Luiz Petito
Tel.: (011) 2797-4441
Fax: (011) 2797-3140
E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

(iv) Para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar
CEP 04538-132, São Paulo - SP
At.: Sr. Luiz Petito
Tel.: (011) 2797-4441
Fax: (011) 2797-3140
E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

(v) Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar
CEP: 01.452-001, São Paulo – SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Tel.: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564
Email: valores.mobiliarios@cetip.com.br

12.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA TREZE – DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

13.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

13.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

13.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

13.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

13.7. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas c/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

13.8. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

CLÁUSULA CATORZE – FORO

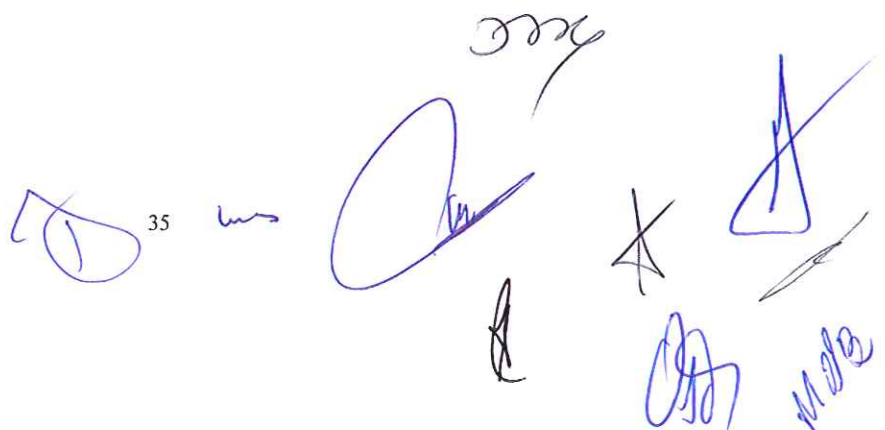
14.1. Fica eleito o foro central da Comarca da Capital da Cidade de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, o Agente Fiduciário e os Fiadores, em 8 (oito) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Betim, 14 de outubro de 2013.


[restante da página deixado intencionalmente em branco]

35



(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, de Emissão da Codeme Engenharia S.A., celebrado em 14 de 2013)

CODEME ENGENHARIA S.A.

2º OFÍCIO BETIM - MG 
Nome: Ademair de Carvalho Barbosa
Cargo: Presidente

2º OFÍCIO BETIM - MG 
Nome: Ricardo Pletikoszits Bastos
Cargo: Superintendente

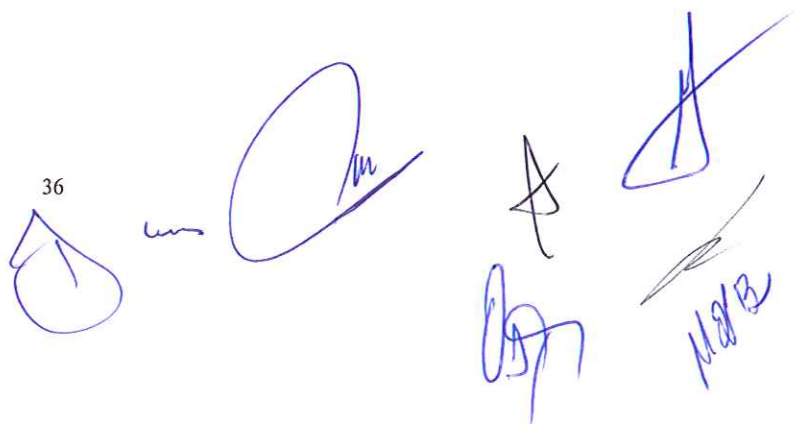
Reconheço por autenticidade a(s) firma(s):
[Ht9NzISK]-ADEMAR DE CARVALHO BARBOSA.....
FILHO. [Ht908xU5]-RICARDO PLETIKOSZITS BASTOS.....
Betim-MG., 16/10/2013
Emol. 7,38, Tx. Fis: 2,30 Total: 9,68
Em Teste da verdade. O Tabelião

2º SERVIÇO NOTARIAL DE BETIM - ROBERTO SILVA
Wesley Silva - Tabelião - Jéssica T. Silva - Valéria P.B. Silva Substitutas - Romulo C. Lima - Dairi
Silva - Lívia P.B. Silveira - MGoretti R.F. Pierre - Augusta R. Costa - Suely P. Moreira - Silveira

Romulo Costa Lima
Escrevente Autorizado

Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
BLI 65348
RECONHECIMENTO DE FIRMA
BLI 65349

free



(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, de Emissão da Codeme Engenharia S.A., celebrado em 14 de 2013)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:

Cargo:

Marco Aurélio Machado Ferreira
Diretor

2 Serviço Notarial RJ- Tabelião ADILSON WAGNER FIRMINO
ESTRADA DOS BANDEIRANTES 209-TAQUARA- TEL 3342-8163 Nº:131015052747
Reconheço por semelhança a firma de: MARCO AURELIO MACHADO FERREIRA,
a qual confere com o padrão arquivado em Cartório.
Valores Rio de Janeiro, 15 de Outubro de 2013.
Firma.....R\$ 4.09 Em testemunho _____ da verdade
Proc.dados.....R\$ 1.45
Total.....R\$ 5.54

ESCREVENTE- ALBERTO MARQUES DOS SANTOS



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, de Emissão da Codeme Engenharia S.A., celebrado em 14 de 2013)

METFORM S.A.

2º OFÍCIO
BETIM - MG

Nome: Ademar de Carvalho Barbosa
Cargo: Filho

2º OFÍCIO
BETIM - MG

Nome: Lucas Ferrara de Carvalho Barbosa
Cargo: Diretor.

Reconhecimento por autenticidade a(s) firma(s):
[Ht9NzISL]-ADEMAR DE CARVALHO BARBOSA.....
FILHO. [Ht9NxEW4]-LUCAS FERRARA DE CARVALHO.....
BARBOSA.....
Betim-MG., 16/10/2013
Emol. 7,38, Tx. Fis: 2,30 Total: 9,68
Em Teste da verdade. O Tabelião

2º SERVIÇO NOTARIAL DE BETIM - ROBERTO SILVA
Wesley Silva - Tabelião - Leda T. Silva - Valéria P.B. Silva Substitutas - Rômulo C. Lima - Dan
Silva - Livia P.B. Silveira - MAGGRIEL R.F. Pereira - Augusta R. Costa - Sueli P. Muiers - Escreventes

Rômulo Costa Lima
Escrevente Autorizado

Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
BLI 65351
RECONHECIMENTO DE FIRMA
BLI 65350

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, de Emissão da Codeme Engenharia S.A., celebrado em 14 de 2013)

CODEPAR S.A.

2º OFÍCIO
BETIM - MG

Nome: Ademar de Carvalho Barbosa
Cargo: Presidente

2º OFÍCIO
BETIM - MG

Nome: Roberval José Pimenta
Cargo: Diretor

Reconheço por autenticidade a(s) firma(s):
[Ht9Nz1SM]-ADEMAR DE CARVALHO BARBOSA.....
FILHO. [Ht9Nzj94]-ROBERVAL JOSE PIMENTA.....
Betim-MG., 16/10/2013
Emol. 7,38, Tx. Fis: 2,30 Total: 9,68
Em Testº Romulo Costa Lima da verdade. O Tabelião

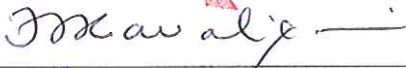
2º SERVIÇO NOTARIAL DE BETIM - ROBERTO SILVA
Wesley Silva - Tabelião - Leila T. Silva - Valéria P.B. Silva Substitutas - Romulo Cl. Lima - D.
Silva - Juza P.B.S. Itaboraí - M. Geronzi R.F. Bierre - Augusta R. Costa - Sueli P. Moreira - Escrevente


Romulo Costa Lima
Escrevente Autorizado

2º SERVIÇO NOTARIAL DE BETIM - ROBERTO SILVA
Reconhecimento de Firma
BLI 65352
Reconhecimento de Firma
BLI 65353

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, de Emissão da Codeme Engenharia S.A., celebrado em 14 de 2013)

ISA PARTICIPAÇÕES S.A.


 Nome: Francisco Sergio Soares
 Cargo: Diretor


 Nome: Paulo Cesar Souto Soares
 Cargo: Diretor

1º SERVIÇO NOTARIAL - BELO HORIZONTE (MG) - Tabelião: JOÃO MAURÍCIO VILLANO FERRAZ
 Rua Goiás, 187 - Centro - Telefone: (31) 3222-0584 - Cep 30190-030

Reconheço as firmas indicadas por semelhança
 FRANCISCO SERGIO SOARES CAVALIERI
 PAULO CESAR SOUTO SOARES

Doutor, Belo Horizonte, 14/10/2013 - 12:18
 Em Testemunho da verdade AENKGIK
 EDUARDO LÚCIO DINIZ VIEIRA - Escr. Substituto 4/
 Art. 3º Lei 15.424 Encl. R\$ 7,38 - TX R\$ 2,35 - Tot. R\$





(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, de Emissão da Codeme Engenharia S.A., celebrado em 14 de 2013)

2º OFÍCIO
BETIM - MG

ADEMAR DE CARVALHO BARBOSA FILHO

Reconhecimento por autenticidade a(s) firma(s):
[Ht9NZISN]-ADEMAR DE CARVALHO BARBOSA FILHO....
Betim-MG., 16/10/2013
Emol.3,69, Tx. Fis: 1,15 Total: 4,84
Em Testº _____ da verdade. O Tabelião
2º SERVIÇO NOTARIAL DE BETIM - ROBERTO SILVA
Wesley Silva - Tabelião - Jéila T. Silva - Valéria P B Silva Substitutas - Rômulo C Lima - D
Silva - Jéila P B Silva Substituta - MGoretti R F Bieme - Augusta R Costa - Suelly P Maciel - Escreventes
Rômulo Costa Lima
Escrevente Autorizado

2º SERVIÇO NOTARIAL
BETIM
MG
Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
BLI 65354

2º OFÍCIO
BETIM - MG

Reconheço por autenticidade a(s) firma(s):
[Ht9Nz24]-MARIA VIRGINIA DAMASCENO MELO DE
CARVALHO BARBOSA
Betim-MG., 16/10/2013
Emol.3,69, Tx. Fis: 1,15 Total: 4,84
Em Test^o da verdade. O Tabelião

2º SERVIÇO NOTARIAL DE BETIM - ROBERTO SILVA
Wesley Silva - Tabelião - Jéila T. Silva - Valéria P.B Silva Substituta - Romulo C Lima - Da
Silva - Livia P.B.S. Taboaroni - MARGARETE R.F. Bentes - Augusta R Costa - Suely P. Moreira - PS. Inventar.

Rômulo Costa Lima
Escrivente Autorizado

2º SERVIÇO NOTARIAL DE BETIM - ROBERTO SILVA
Reconhecimento de Firma
Selo de Autenticidade
B.L.I. 65356

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a stylized 'me', a large 'A' with a diagonal line, a signature with a large loop, and the initials 'MB'.

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, de Emissão da Codeme Engenharia S.A., celebrado em 14 de 2013)

Testemunhas

2º OFÍCIO
BETIM - MG

Nome: Alvaro Luiz dos Santos Junior
CPF: 239.473.061-72
R.G:

2º OFÍCIO
BETIM - MG

Nome: Osires Campos Costa Junior
CPF: 478.115.956-72
R.G:

Reconheço por autenticidade a(s) firma(s):
[Ht901G05]-ALVARO LUIZ DOS SANTOS.....
JUNIOR. [Ht90CBr5]-OSIRES CAMPOS COSTA JUNIOR.....
Betim-MG., 18/10/2013
Emol. 7,38, Tx. Fis: 2,30 Total: 9,68
Em Testº da verdade. O Tabelião
2º SERVIÇO NOTARIAL DE BETIM - ROBERTO SILVA
Wesley Silva - Tabelião - Lelia T. Silva - Valéria P.B. Silva Substitutas - Rômulo C. Lima - Daniela
Silva - Lúcia P.B. Ilaboranti - MAGoretti R.F. Bierre - Augusta R. Costa - Sueli F. Xavieria - Escreventes
Rômulo Costa Lima
Escrevente Autorizado

